

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.951 - RS (2019/0260022-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : JANETE TERESINHA WOHLFAHRT
ADVOGADOS : TIAGO SANGIOGO - RS072814
PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766
AGRAVADO : BANCO RCI BRASIL S.A
ADVOGADOS : ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO - RS082841A
CLAUDIA REGINA FURTADO - RS115077

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE A MATÉRIA FOI JULGADA SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973; TEMAS 28 E 29. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO (CPC/2015, ART. 1.042). 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. 3. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Janete Teresinha Wohlfahrt contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que inadmitiu o recurso especial manejado em desfavor de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 200-226):

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO REVISIONAL. REVISÃO JUDICIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. VALOR RESIDUAL GARANTIDO. TARIFA DE CADASTRO. TAC E TEC/TEB. HONORÁRIOS EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. COMPENSAÇÃO DE VALORES E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. TUTELA ANTECIPADA.

DA REVISÃO JUDICIAL. É possível o exame da relação contratual, pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo direito comum, para adequação do contrato aos parâmetros legais e razoáveis.

DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. Não prevendo o contrato a taxa de juros remuneratórios incidente na composição do preço, e não demonstrada abusividade, a contratação deve ser preservada. Precedentes.

DA CAPITALIZAÇÃO. É permitida a capitalização em periodicidade inferior à anual após a edição da Medida Provisória nº 2.170/2001, desde que expressamente pactuada. Não prevendo o contrato a incidência de capitalização, descabe a revisão pretendida.

DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO - VRG. É válida a cobrança antecipada do Valor Residual Garantido - VRG, Súmula

Superior Tribunal de Justiça

293 do STJ, uma vez que tal situação não desvirtua o contrato de arrendamento mercantil para um contrato de compra e venda ou de financiamento, na medida em que restam, para o arrendatário, as possibilidades de devolução do bem ou de prorrogação do contrato.

DA TARIFA DE CADASTRO. É válida a pactuação da Tarifa de Cadastro expressamente convencionada, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o contratante e a instituição financeira. Tese Paradigma. Recurso Especial nº 1.251.331/RS e nº 1.255.573/RS. Súmula 566 do STJ.

DAS TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E DE EMISSÃO DE BOLETO (TEB) OU DE CARNÊ (TEC). Não havendo previsão contratual de incidência de TAC, TEC ou TEB, nem demonstrada sua cobrança, carece a recorrente de interesse em revisar o contrato no tópico. Apelação não conhecida nos pontos.

DA CARACTERIZAÇÃO DA MORA. Mantida a avença no período da normalidade contratual, resta caracterizada a mora da parte autora, nos termos do REsp. n.º 1.061.530/RS.

DOS HONORÁRIOS EXTRAJUDICIAIS. É ilegal a cláusula contratual que prevê pagamento de honorários aos prepostos da instituição financeira. Precedentes.

DA COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

Revisado o contrato na cláusula atinente à cobrança de honorários extrajudiciais/judiciais, admissível tanto a compensação de valores, quanto a repetição simples do indébito, caso verificada a cobrança de valores indevidos.

DA TUTELA ANTECIPADA. Inalteradas as cláusulas avençadas para o período da normalidade contratual, resta configurada a mora da autora em caso de inadimplência, possibilitando, por parte da instituição financeira, a inscrição da parte devedora nos cadastros restritivos de crédito e a retomada do bem.

DA SUCUMBÊNCIA. Confirmada. Majorados os honorários advocatícios, diante do trabalho adicional à parte demandada em grau recursal, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

APELAÇÃO CONHECIDA EM PARTE E, NESTA, PARCIALMENTE PROVIDA.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea *c* do permissivo constitucional, a insurgente apontou divergência jurisprudencial quanto aos arts. 6º, 46, 47, 51, IV, § 1º, III, e 52, I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor; e 28, § 1º, I, da Lei n. 10.931/2004.

Sustentou, em síntese, a impossibilidade de incidência de capitalização de juros ante à ausência de previsão contratual e que o contrato debatido possui taxa de juros remuneratórios superior à média do mercado. Defendeu, por fim, a necessidade de afastamento da mora.

Contrarrazões apresentadas às fls. 363-371 (e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial sob o fundamento de a questão de fundo ter sido julgada segundo o rito do art. 543-C do CPC/1973: REsp n. 1.061.530/RS - Temas 28 e 29, bem como em razão da incidência das Súmulas n. 283 do STF e 83 do STJ.

Contraminuta às fls. 425-432 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, constata-se que foi negado seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, pois a questão acerca da caracterização da mora foi decidida na Corte estadual em conformidade com precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo: REsp n. 1.061.530/RS - Temas 28 e 29.

Assim, entendo que não merece conhecimento o presente agravo nesse ponto. Isso porque se trata de recurso incabível, conforme entendimento proferido pela Terceira Turma desta Corte no julgamento do AREsp n. 959.991/RS, desta relatoria, julgado em 16/8/2016 e publicado em 26/8/2016.

Além disso, dispõe o art. 1.030, § 2º, do CPC/2015 que, uma vez negado seguimento ao recurso especial na instância *a quo*, tendo em vista a conformidade do entendimento exarado pelo acórdão recorrido com o firmado em julgamento repetitivo por este Tribunal Superior, a irresignação da parte com a decisão de admissibilidade proferida pela Corte de origem deve se dar por meio de agravo interno, nos termos do art. 1.021 do CPC/2015.

Registre-se, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

Superior Tribunal de Justiça

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais. 4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp n. 746.775/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018)

No caso, a agravante não impugnou especificamente o fundamento da decisão agravada concernente à incidência da Súmula n. 283 do STF, o que inviabiliza o conhecimento do agravo.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em R\$ 300,00 (trezentos reais) em favor do advogado da parte recorrida, observados os efeitos da gratuidade de justiça.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

